

RECURSO:

Ao Ilustríssimo Senhor Pregoeiro do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

Ref: Pregão Eletrônico nº 92000/2025

3D BELLAS ARTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA., sociedade empresária limitada, com Sede Social localizada à Rua Caviúna, Nº 22 Quadra 26, Lote 32 – Residencial Parque das Palmeiras III - Goianésia – GO - CEP: 76386-525, na Cidade de Goianésia, no Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 47.646.657/0001-94, de NIRE/JUCEG de nº 52205990960, doravante denominada simplesmente **3D BELLAS ARTES**, vem respeitosamente, por sua representante, à presença de V.Sa., com fulcro no Edital de Licitação em epígrafe, na Lei Federal nº 14.133, Capítulo II, artigo 165, § 4º. **RECURSO ADMINISTRATIVO** com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e no item 13 do Edital do Pregão Eletrônico nº 92000/2025, contra a habilitação da empresa **VISAO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA**, pelas razões a seguir expostas:

RECURSO ADMINISTRATIVO

Em face à decisão dessa digna Administração que julgou classificada e vencedora a licitante **VISAO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA**, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I. DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade das presentes razões recursais, considerando que a manifestação da intenção foi apresentada no dia 27 de novembro de 2025 às 10:28hs.

Desta forma, o prazo de 3 (três) dias úteis, contados da sessão do pregão, conforme previsto no Art. 165, § I da Lei 14.133, de 1º de Abril de 2021 - encerra-se em 02 de dezembro de 2025.

II – DOS FATOS

Trata-se do Pregão Eletrônico nº 92000/2025 promovido pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO, para “**O objeto da presente licitação é a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos**”.

No dia 21 de novembro de 2025, foi aberta a sessão pública pelo Pregoeiro Oficial e respectivos membros da equipe de apoio, designados pelo instrumento convocatório, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133/2021.

III. DOS FUNDAMENTOS

Como é de conhecimento de todos, no mercado de CFTV, é amplamente conhecido o direcionamento indevido para a marca Intelbras em inúmeros editais, fato já apontado por Tribunais de Contas em decisões que discutem:

- Especificações técnicas “encaixadas” na marca,
- Exigências desnecessárias,
- Certificações irrelevantes,
- Características técnicas copiada de catálogos.

É importante sinalizar que, no Edital do Pregão Eletrônico nº 92000/2025 e nos seus anexos, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, não foi devidamente fundamentado e justificado a aquisição de câmera de CFTV de uma marca específica.

Vale frisar que o entendimento na resposta ao esclarecimento do dia 12/11/2025 23:29, ao Item 16, que não existe direcionamento para um único fabricante conforme, vemos a seguir:

Pergunta: Item 16 – NVR Consta no Termo de Referência que o NVR deve ser compatível com o software de gerenciamento Intelbras SIM Next, **o que, na prática, direciona a solução para um único fabricante.**

Entretanto, a finalidade técnica do item, ao que entendemos, é permitir gerenciamento e supervisão centralizada da solução de CFTV — finalidade esta que pode ser plenamente atendida por meio de NVRs compatíveis com o protocolo aberto ONVIF, que possibilitam integração com softwares de gerenciamento amplamente utilizados no mercado.

Diante disso, entendemos **que será aceito NVR compatível via protocolo aberto ONVIF**, não sendo obrigatória a compatibilidade específica com o software Intelbras SIM Next. Está correto nosso entendimento?

Resposta

ITEM 16 - NVR: Sim, é possível conectar NVR de outras marcas no Intelbras SIM Next, **desde que o NVR externo e suas câmeras suportem o protocolo ONVIF. A compatibilidade depende do suporte a esse padrão universal, que permite a comunicação entre dispositivos de diferentes fabricantes.**

O software foi mencionado no termo de referência devido ser o utilizado atualmente em nossa instituição e qualquer novo equipamento deve manter a compatibilidade para podermos manter o padrão já utilizado

Nesse sentido, nenhum licitante pode ser desclassificado apenas por oferecer outra marca (desde que atenda às especificações técnicas), caso contrário, configura violação ao art. 7º e art. 17 da Lei 14.133/2021, que proíbem

direcionamento e exigência de marca, salvo em situações de padronização devidamente fundamentada.

Portanto, **a desclassificação do primeiro, do segundo colocado, e a classificação do terceiro colocado, pode ter sido ilegal**, como será a seguir demonstrado:

A). ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES FCC E CE NO CONTEXTO BRASILEIRO

Desclassificação da Primeira Colocada:

Data e Hora

24/11/2025 às 16:17:35

Descrição

Fornecedor FUTURA TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS DA AMAZONIA LTDA, CNPJ 18.421.827/0001-34 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 18:18:00 do dia 24/11/2025.

Justificativa:

Enviar comprovações de que a proposta atende as seguintes certificações: Certificações: FCC Parte 15, classe B; CE EN 60950 : 2000;

Data e Hora

25/11/2025 às 13:44:04

Descrição

Fornecedor FUTURA TECNOLOGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS DA AMAZONIA LTDA, CNPJ 18.421.827/0001-34 **teve a proposta desclassificada**, melhor lance: R\$ 157,0000.

Motivo:

Não foi possível identificar a referência do modelo ofertado pelo fornecedor, uma vez que os documentos de certificação apresentados correspondem a um modelo diferente daquele informado na proposta.

Como se vê, o primeiro colocado foi desclassificado sob a justificativa de que o produto ofertado não possuía certificações FCC e CE, exigências totalmente indevidas e juridicamente incompatíveis com o ordenamento brasileiro.

Essas certificações (FCC e CE) são exigências para os mercados dos Estados Unidos (FCC, Federal Communications Commission) e do Espaço Econômico Europeu (CE, Conformité Européenne) respectivamente, portanto, não possuem qualquer exigência legal no Brasil, e no ordenamento jurídico brasileiro é claro ao estabelecer certificações obrigatórias quando:

Quando o produto é de telecomunicação, exige a certificação da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações)

A Anatel só exige homologação para dispositivos que operam radiofrequência para telecomunicação, como: roteadores, transmissores de RF, modems, dispositivos Wifi.

Quando o produto é de uso regulado exige certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

Como é consabido, câmeras CFTV não exigem certificação compulsória da ANATEL ou INMETRO

A câmera CFTV é equipamento eletrônico passivo e não é considerada equipamento de telecomunicação.

Assim, a exigência dessas certificações como condição de aceitabilidade:

Não possui respaldo técnico;

Não possui fundamento legal;

Configura restrição indevida à competitividade (art. 41, §1º, Lei 14.133/2021);

Foi aplicada de forma contraditória, já que a empresa vencedora também não possui FCC, o que caracteriza evidente quebra do julgamento objetivo

Assim, é questionável a desclassificação dos licitantes às exigências dessas certificações, não sendo facultado à Administração exigí-las, e sendo também o uso delas tecnicamente incorreta e sem fundamento legal, o art. 5º e 17 da Lei 14.133, preceitua que é vedado exigir requisitos não previstos no edital.

B) DA IMPOSSIBILIDADE TÉCNICA DE SE UTILIZAR PROTOCOLOS COMO CRITÉRIO ELIMINATÓRIO SE EXISTI SUPORTE AO PADRÃO ONVIF

Desclassificação da Segunda Colocada:

Data e Hora

25/11/2025 às 15:57:36

Descrição:

Fornecedor V STAGLIANO COMERCIAL LTDA, CNPJ 57.377.991/0001-43 teve a proposta desclassificada, melhor lance: R\$ 158,8900.

Motivo:

A proposta não atende aos requisitos:

Sensor de imagem: 1/2.7" 2 megapixels CMOS;

Protocolos e serviços suportados faltantes: IPv6, ARP, DDNS, RTSP, RTCP, HTTPs, Filtro IP, SMTP, SSL, TLS, IGMP, Multicast, FTP, NTP, RTP;

Certificações: FCC Parte 15, classe B; CE EN 60950 : 2000

Diante dos fatos ocorridos e devidamente registrados em ata, é oportuno destacar

que a decisão da ilustre Divisão é insustentável, uma vez que o produto ofertado pela empresa classificada e terceira colocada, **também não atende aos seguintes requisitos:**

Sensor de imagem: 1/2.7" 2 megapixels CMOS;
Não possui a certificação FCC, como a primeira e segunda colocada.

E para ilustrar a importância do Princípio da Isonomia, os sensores de imagem e a distância focal dos equipamentos ofertados pelas três empresas são similares, conforme as informações abaixo

1º Colocado - Sensor de imagem 1/3", distância focal de 2,8 mm;

2º Colocado - Sensor de imagem 1/3", distância focal de 2,8 mm;

3º Colocado - Sensor de imagem 1/3.2" distância focal de 2,8 mm.

No mercado de CFTV, o parâmetro técnico de interoperabilidade universal é o ONVIF, padrão internacional que garante comunicação entre câmeras e NVRs/DVRs de diferentes marcas.

O próprio Pregoeiro, em resposta oficial a esclarecimento (12/11/2025 – 23h29min), reconheceu que:

“basta que o NVR externo e suas câmeras suportem o protocolo ONVIF. A compatibilidade depende do suporte a esse padrão universal, que permite a comunicação entre dispositivos de diferentes fabricantes.”

Esse entendimento é plenamente correto do ponto de vista técnico.

Protocolos adicionais (SMTP, NTP, ARP, DDNS, etc.) são protocolos acessórios, sem influência sobre a capacidade de integração entre câmera e NVR.

Portanto:

Não é tecnicamente justificável utilizar a ausência de protocolos secundários como causa de desclassificação.

Se a integração depende essencialmente do padrão ONVIF e todos os concorrentes o atendem, qualquer exigência além desta precisa ser tecnicamente justificada no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

Como essa motivação não existe no edital, tais exigências:

Tornam-se ilegais, conforme art. 17 e art. 41 da Lei 14.133/2021;
Configuram critérios ocultos de julgamento, vedados pela jurisprudência do TCU.

IV – DO DIREITO

Sobre o tema, segue a orientação encontrada no Supremo Tribunal Federal (STF), previsto na Súmula 473 do STF: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Ademais, o TCU já firmou entendimento no sentido de que exigências técnicas não previstas expressamente no edital não podem surgir somente na fase de julgamento, sob pena de direcionamento e quebra da isonomia (Acórdãos TCU 1.793/2011 – Plenário; 1.214/2013 – Plenário, entre outros).

Ao desclassificar o licitante por não apresentar certificações ou protocolos que, na prática, apenas produtos de determinado fabricante costumam trazer, a Administração cria uma exigência indireta de marca, em afronta ao art. 41 da Lei 14.133/2021, que veda:

- especificações que limitem a competitividade
- requisitos que induzam ao fornecimento de produto de marca específica
- critérios de julgamento desproporcionais ou sem amparo técnico

Se as especificações técnicas do edital se alinharem exclusivamente ao portfólio de um fabricante, isso caracteriza direcionamento indevido, totalmente nulo e contrário ao princípio da isonomia.

O TCU orienta que especificações excessivamente restritivas configuram anti-economicidade, redução de competitividade e risco de nulidade do certame (Acórdãos TCU 2.633/2014, 2.148/2015 e 3.188/2016).

A análise técnica das propostas deve observar o princípio do julgamento objetivo (art. 17, I, Lei 14.133/2021), sendo vedado à Administração criar critérios não previstos de modo claro, suficiente e justificado no edital — sob pena de violação dos arts. 5º, 17, 41 e 165 da Lei 14.133/2021.

No caso concreto, verifica-se que:

As desclassificações do 1º e 2º colocados se fundamentaram em certificações não compulsórias no Brasil, e protocolos secundários sem influência sobre a capacidade de integração entre câmera e NVR.

Enquanto a empresa posteriormente declarada vencedora também não atende integralmente às mesmas exigências utilizadas como fundamento de desclassificação.

Essa assimetria viola diretamente os princípios da isonomia, da proporcionalidade, da impessoalidade, da motivação e do julgamento objetivo, criando distinções artificiais não amparadas no edital e tampouco na legislação técnica aplicável.

V – DOS PEDIDO

Em que preze o zelo e o empenho deste digníssimo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, em guardar o caráter isonômico do procedimento, respeitando os princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo, entendemos, com toda vênia, que SEJA ANULADA a classificação e a habilitação da **VISAO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA**, nas

condições apresentada neste certame, sendo o presente recurso, no mérito provido.

E, diante de todo o exposto, requer a V Sas:

1. **O conhecimento e provimento integral do presente recurso**, declarando nulas as desclassificações realizadas com fundamento em exigências técnicas sem amparo legal ou editalício.
2. **A anulação da habilitação e classificação da empresa VISAO GLOBAL TECNOLOGIA LTDA**, diante da evidente assimetria na aplicação dos critérios técnicos e da ausência de atendimento integral às próprias exigências utilizadas para desclassificação de outros licitantes.
3. **A reanálise objetiva das propostas**, com estrita observância do edital e da legislação de regência, restabelecendo-se a lisura, a competitividade e a isonomia do certame.
4. Caso V. Sa. entenda pela manutenção da decisão, requer seja encaminhado o presente recurso à **autoridade superior**, nos termos do art. 165 da Lei 14.133/2021.

Termos em que, pede deferimento.

Goianésia GO, 2 de dezembro de 2025.

3D BELLAS ARTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ: 47.646.657/0001-94

Sílvia Batista de Araújo Santiago
CPF: 016.224.111-96
RG: 5038528 – SSP/GO